

“...e como são também as construções desta terra”: uma análise narrativa/visual sobre a primeira Rio Branco, Acre (1903-1930), e a necessidade de sua preservação

*Daniel da Silva Klein*¹

Resumo: O texto a seguir tem por objetivo discutir os aspectos da formação da cidade de Rio Branco, Acre, identificando nesse contexto como surgiu uma determinada identidade nas suas construções entre 1903 e 1930, característica de uma região marginal da Amazônia. Aborda-se, nesse sentido, como essas construções se apresentavam durante esse período para os moradores da cidade, passando a seguir para uma discussão sobre como elas foram vistas por uma certa visão elitista da *Belle Époque*. Em um terceiro momento verifica-se como a cidade de Rio Branco tratou de esvaziar o significado dessas construções, destruindo-as de sua paisagem, passando daí para um estudo de caso sobre como uma casa remanescente desse período original da capital acreana se manteve preservada. Espera-se com o texto reafirmar a necessidade de preservação do patrimônio histórico da cidade de Rio Branco, divulgando seus aspectos específicos.

Palavras-chave: Cidade. Amazônia. Preservação.

Abstract: The following text aims to discuss of the formation of the city Rio Branco, Acre, identifying this context emerged as a particular identity in its constructions between 1903 and 1930 featuring this marginal regions of the Amazon. It addresses, in this sense, as these buildings were presented during this period for city dwellers, passing for a discussion of how they were viewed by some elitist view of the Belle Époque. In a third moment it appears like the city of Rio Branco tried to deflate the significance of these buildings, destroying them in your landscape, passing thence to a case study on how a house of the period remaining original in of the capital of Acre preserved. It is hoped that the text re-affirming the need to preserve the historical heritage of the city of Rio Branco, disclosing its specific aspects.

Keywords: City. Amazon. Preservation.

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo.

Em um belíssimo documento envolvendo o sócio da empresa N & Maia e Companhia, Guilhermino Bastos, e seus vizinhos, os senhores Manoel, Camilo e Ale Arak, encontramos uma riqueza de descrições que podem nos indicar alguns caminhos importantes para compreendermos como Rio Branco foi se transformando pouco a pouco em uma cidade tipicamente amazônica.

Esse documento trata-se de um processo judicial, onde Guilhermino Bastos reclama de seus vizinhos e pede providências. A família Arak, segundo Bastos, construiu uma casa tão próxima da sua que lhe tirou parte da intimidade do lar. Manoel, Camilo e Ale poderiam dali por diante ‘devassar’ os interiores de sua residência com olhares indiscretos².

Além dessa incoerência, a família Arak parece não ter respeitado os limites físicos das propriedades vizinhas. Guilhermino diz que eles construíram uma calha ao lado de sua casa, que em dias de chuva leva a água do telhado para o seu terreno.

O resultado é que esse aguaceiro todo encharca os alicerces onde mora Bastos e do sobrado do outro lado. O autor do processo diz ainda que construiu sua casa há longos anos usando madeira de lei, cobrindo-a com telhas de zinco, tapando as paredes com tabuas, tendo nas laterais diversas janelas. Bastos diz que a residência onde mora a família Arak é ‘construída de madeira,

também de zinco e taboas, igual a sua e como são também as construções desta terra³.

Essa casa de Guilhermino e a de seus vizinhos ficavam na rua Abunã, que teve vários nomes e hoje é conhecida em Rio Branco popularmente como Calçadão da Gameleira. O processo é breve e a briga entre os vizinhos não tem conclusão⁴, mas o que é importante nos relatos de Guilhermino Teixeira Bastos é que o mesmo conseguiu captar com precisão que havia um certo conjunto nas construções da cidade.

Ele descreve sua residência, encontrando nessa construção alguns elementos principais que compõem a base desse conjunto arquitetônico, quais sejam: os janelões nas laterais, o telhado de zinco, o uso de madeira de lei e tábuas para as paredes. Na sua visão a casa de seus vizinhos é igual a sua e a das ‘demais construções desta terra’.

Sua descrição não está completa sem duas observações. Essas casas, além de possuírem um conjunto arquitetônico mais ou menos coeso, eram muito próximas umas das outras. Para Guilhermino Bastos essa proximidade infringia sua privacidade, que seria devassada pelos olhares indiscretos, além de que quebravam os limites das propriedades, tendo em vista que as águas do telhado da casa dos Arak empossavam-se em seu terreno.

³ Id, ibid.

⁴ O processo foi analisado nos estudos para o desenvolvimento de nossa tese de doutoramento junto a Universidade de São Paulo.

² Processo n. 0311 de 1917, Petição de Guilhermino Bastos em 30 de outubro.

Quando ouvimos a voz desse indivíduo, cujo tom é de indignação, mas origina-se de uma interpretação que provém de seu olhar observador e participante do meio em que vive, qua-

se somos transportados para a capital acreana do início do século XX, a primeira Rio Branco. A fotografia abaixo capta a rua Abunã no final da década de 1930:



Rua 1º de maio, antiga Abunã. Final da década de 1930. Fonte: Acervo digital, Divisão de Pesquisa, Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre.

A imagem foi captada em uma das barrancas do rio Acre no distrito de Pennápolis. Do outro lado temos o bairro Volta da Empresa, onde perfila-se um conjunto de casas, cuja aparência nos remete ao relato de Guilherme Bastos. Espremidas umas às outras, as casas parecem não ter divisórias em seus quintais, o que deixa margem para afirmarmos que seus moradores conviviam em uma intimidade coletiva, também observada pelo nosso analista contemporâneo.

Afora os homens vestidos de branco e fitando o fotógrafo no canto da imagem, temos algumas poucas construções que fogem do parâmetro regular das residências, que seguem o conjunto arquitetônico verificado por Bastos. Acrescentaríamos somente que essas casas têm apenas mais um ele-

mento que não foi descrito, a maioria possui uma ou duas pequenas varandas nas laterais.

Esse padrão deu a essa primeira Rio Branco uma identidade própria para suas construções residenciais no início do século XX. Seguindo uma lógica simples de construção, essas casas eram feitas com materiais baratos e abundantes na região. O uso desse desenho de conjunto parece ter se generalizado, tanto que podemos apreciá-lo nos bairros humildes:



Bairro 6 de agosto. 1941. Fonte: Acervo digital, Divisão de Pesquisa, Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre.

A dramática situação acima foi fotografada em 1941, quando a enchente do rio Acre tomou toda a rua Portugal, no bairro 6 de agosto. Esse bairro é uma conhecida região da cidade, habitada por trabalhadores, domésticas e desempregados. Posando para a fotografia, temos um flagrante das mulheres, crianças e homens da comunidade.

Poderíamos discutir com vagar as várias possibilidades de interpretação da imagem acima. Nos detemos por hora às casas, sobretudo na que aparece no primeiro plano. Elas têm as principais características das outras apresentadas da rua Abunã, com o diferencial de que podemos ver aí as proporções dessas construções e de seus habitantes. Eram casas altas, talvez para aplacar o calor gerado pela exposi-

ção do telhado de zinco ao sol escaldante da região.

A lógica identitária dessas construções se modificava de acordo com seus usos e com o passar do tempo, mas podemos visualizar elementos comuns mesmo nos barracões comerciais da outrora rua Olympio da Silveira, movimentado centro econômico da cidade:



Principal rua comercial de Rio Branco. 1948. Fonte: Acervo digital, Divisão de Pesquisa, Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre.

Aqui podemos ter mais algumas referências com relação às proporções dessas construções e seus ocupantes, verificando que mesmo nessas casas comerciais havia uma similaridade com as residências da rua Abunã acima demonstradas. Observando analiticamente o crescimento da cidade de Rio Branco, o geógrafo Antonio Teixeira Guerra descreveu algumas fases de seu crescimento.

O mesmo afirma que entre 1903 e 1930, a cidade passou por duas fases em que seu crescimento se deu na região dos seringais Volta da Empresa e Empresa, um defronte do outro nas margens do rio Acre. Nas sedes desses seringais, as suas vilas foram dando origem à cidade. Segundo Guerra:

Na paisagem urbana, vemos que as primeiras construções eram na totalidade

de madeira com coberturas diversas (folhas de palmeira, covacos, etc). O uso imediato desse material está em função do fato de a cidade ser uma verdadeira clareira no meio da mata às margens do rio Acre, e, naturalmente, os primeiros povoadores procuraram lançar mão do material mais fácil de ser encontrado. É, portanto, natural que se encontre um predomínio de construções de madeira em relação às de alvenaria⁵.

Veremos que o predomínio dessas construções na paisagem de Rio Branco não foi 'natural', mas as observações do autor se mostram válidas ao nos apresentarem o sítio de origem da capital acreana, o período em que essas construções foram dominantes e a maneira como eram erguidas, usando

⁵ GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do território do Acre*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 135.

os elementos disponíveis e baratos das florestas onde a cidade crescia.

Guerra⁶ entende que a partir das construções em alvenaria feitas pelo estado a partir de 1928, há uma outra fase distinta da cidade. Elas fizeram com que o crescimento dessa urbe a partir da década seguinte tomasse novos rumos e as antigas construções de madeira foram cedendo lugar para as de outros tipos de materiais.

No início do século XX, as construções em alvenaria na cidade de Rio Branco eram uma raridade, mas o alvoroço causado pela pioneira delas demonstra como essa mudança afetou a preservação daquelas casas de madeira nas décadas posteriores. Essa construção aparece nas crônicas da cidade em 1910.

Quando foi iniciada sua construção, uma grande festa foi feita para homenagear o que seria o primeiro edifício regular da cidade. Ao evento de inauguração da pedra fundamental compareceram o tabelião Antonio Lopes, o prefeito Leônidas Benício, seu secretário de obras, Quintino Pene, o engenheiro da planta da edificação, Antonio Dias e demais convidados que eram funcionários públicos e comerciantes. Na ocasião,

foi lançada a primeira colher de argamassa, sobre os tijolos do alicerce da parede do frontal da casa, foi servido champagne às pessoas, sendo por essa

ocasião brindados o Exmo. Sr. Dr. Prefeito, por ter sido no seu governo iniciada a primeira construção de alvenaria nesta cidade, e o Tabelião Cardoso pelos esforços empregados para edificar um predio nas condições das grandes cidades⁷.

O evento ganhou as páginas do semanário da cidade, *Jornal Cidade da Empresa*, que era o órgão oficial de comunicação da prefeitura. A notícia congratulava o prefeito pelo fato de que ultimamente a cidade foi tomada por novas construções, tanto no Volta da Empresa quanto em Pennapolis, o que deixaria a capital cada vez mais parecida com Manaus⁸.

Na visão dos administradores de Rio Branco daqueles anos, aquelas casas de madeira deveriam ser postas abaixo. Em uma reportagem também de 1910, só que de outro jornal, há um adjetivo forte para aquelas simples casas de madeira: *pardieiros*.

O texto diz que elas dominavam a aparência da cidade e a prefeitura desapropriou diversas delas ao redor da sua sede, derrubando-as. Construções simples, quando derrubadas arejaram a sede da administração, que poderá, segundo a reportagem, ser melhor observada pelas tripulações dos vapores que aportavam no porto da capital⁹.

O festejo apressado de uma obra que mal tinha seus alicerces erguidos e o tom pejorativo para com as construções de madeira da capital acreana, eram fruto

⁶ Id, *ibid*, pp. 135-136.

⁷ *Jornal Cidade da Empresa*, 2 de outubro de 1910, p. 01.

⁸ Id, *ibid*.

⁹ *Jornal Folha do Acre*, 23 de outubro de 1910, p. 3.

de um olhar que privilegiava a ‘Manaus da borracha’. Referência para as outras cidades amazônicas, Manaus nesse mesmo período era uma cidade cujas ruas eram iluminadas por luz elétrica à noite, havia bondes transportando a população e as festas do *high life* manauara aconteciam no impressionante Teatro Amazonas. Para Maria Luiza Ugarte Pinheiro, o surto urbanístico da Manaus da borracha, como denomina a capital amazonense daqueles anos, buscou consolidar um estilo de vida onde os referenciais eram os da *Belle Époque*¹⁰.

A autora diz que a despeito dos silêncios operados por essa consolidação a respeito da ‘dureza das condições de vida e trabalho da maior parte da população local’, não se pode perder de vista que as imagens que perduram dessa *Belle Époque* amazonense são as dos seringalistas acendendo charutos com notas de mil réis, famílias enviando para Lisboa suas roupas sujas para serem lavadas e a incorporação de hábitos culturais dos burgueses europeus, que ampliou a idéia de ‘Manaus como uma miniatura de metrópole européia’¹¹.

Assim, a jóia do rio Negro era o ideal de cidade para aqueles senhores reunidos ao redor da ‘primeira construção de alvenraria’ de Rio Branco. Para eles não

importavam as contradições da Manaus daqueles anos, o que queriam era uma urbe parecida, seguindo as trilhas de Paris, a cidade luz, e do Rio de Janeiro, que estava demolindo seus cortiços para tentar virar a maravilhosa.

Tratava-se, portanto, de um movimento mais ou menos global, segundo o qual a urbanização deveria caminhar com as rédeas da civilização e higiene. Os barbarismos coloniais e as heranças de culturas materiais mais simples, baratas, dos interiores do Brasil deveriam ser abandonados. Nas palavras de Elias Thomé Saliba, esse movimento pôde ser acompanhado pelo que se passou com a capital do país, Rio de Janeiro. Segundo ele:

“Hei de ter sempre a mentalidade de 1903: rua estreita, bonde de burro, casa de pasto, piada do Emílio de Menezes”. A frase irônica é do crítico e escritor Agrippino Grieco e sintetiza de forma eloquente o fim de uma época e o começo de outra no cenário urbano do Rio de Janeiro – a grande vitrine mundana do Brasil na *belle époque*. As ruas estreitas não desapareceram completamente, mas deram lugar às grandes avenidas – o marco é a inauguração, logo no ano seguinte, em 1904, da Avenida Central, o maior símbolo da reforma urbana da cidade. Mais ou menos na mesma época, os bondes com tração animal são rapidamente substituídos pelos bondes elétricos. Ninguém mais usava a antiga designação “casa de pasto”, mas a mais moderna e francesa *restaurant*¹².

¹⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007. Associação Nacional de História – ANPUH, p.2. Disponível em: http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/MariaLuiza_UgartePinheiro.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2012.

¹¹ Id, *ibid*, p. 3.

¹² SALIBA, Elias Thomé. Belle époque tropical. In: *Revista História Viva*, São Paulo, ano 2, n. 3, 2004, pp. 82-83.

Junto a essas práticas modernizadoras, que aglutinaram pontos de vista favoráveis, podemos somar algumas interpretações de historiadores da Amazônia que reafirmavam a necessidade de civilizar a região. Nas palavras do professor Luiz Balkar pode-se juntar nesse arcabouço nomes como Domingos Antonio Raiol, Palma Muniz, Jorge Hurley, Arthur Cezar Ferreira Reis. Eles eram, ainda com Balkar¹³, historiadores de seu tempo, partilhando doses de um oficialismo que reforça a imagem do grande homem intervindo na história, desconsiderando as contradições sociais.

Podemos somar aos nomes acima apontados os historiadores acreanos como Craveiro Costa, Napoleão Ribeiro, Castelo Branco Sobrinho e Leandro Tocantins sem prejuízo algum, porque estes também eram sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e reafirmavam a idéia de que a Amazônia era a última fronteira selvagem do Brasil, devendo ser ocupada pela ode civilizadora da nação brasileira, legítima herdeira dos conquistadores portugueses.

Leandro Tocantins¹⁴ afirma que o gênio de enriquecimento com a borracha superou os condicionamentos da

natureza, promovendo a ocupação do Acre a partir de um ideário de civilização onde, dentre outros elementos, os seringalistas conseguiram até erguer ‘sólidos barracões’ de madeira de lei nas margens dos rios.

O problema é que Rio Branco, crescendo partida ao meio pelo rio Acre, era isolada naquele longínquo início do século XX. Sua *Belle Époque* foi diferente e seus barracões não eram sólidos, mas frágeis. Para chegar ali, só mesmo percorrendo os varadouros da floresta ou navegando pelo rio Acre.

Quando a Bolívia tentou dominar essa região, enviou seu embaixador no Brasil para tomar posse das suas terras. José Paravicimi armou uma expedição no vapor Tapajós, que partiu de Manaus em vinte de dezembro de 1899, subiu o Purus e chegou ao Acre apenas doze dias depois. Pelo caminho teve que lidar com um navio apertado, quente e cujo piloto, apesar de prático, bebia cachaça como quem bebe água¹⁵.

Essa passagem nos mostra o quão distante e isolada era Rio Branco. Além disso, nossa cidade estava embebida no meio da floresta e plasmada em um ambiente que misturava a paisagem rural dos seringais em seu entorno com uma urbe precária. Havia uma simbiose entre o meio ambiente e as construções, notado quando, por exemplo, o rio Acre às vezes espraiava-se pelas ruas nas ala-

¹³ BALKAR, Luiz. Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007. Associação Nacional de História – ANPUH. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/LuEDsBalkarPinheiro.pdf>. Acessado em: 12 de novembro de 2012.

¹⁴ TOCANTINS, Leandro. *Estado do Acre: Geografia, História e sociedade*. Rio Branco: Fundação Cultural/Ministério da Cultura, 1998, p. 33.

¹⁵ JACOME, Epaminondas. Relatório de governo da Prefeitura Departamental do vale do rio Acre. In: *Os anos de conflito*. Volume II. Rio Branco: Tribunal de Justiça e Fundação Elias Mansour, 2002, pp. 37 e seg.

gações ou os matos tomavam de conta das ruelas e praças.

Nesse isolamento, podemos ver o antecessor de Leônidas Benício na prefeitura, Epaminondas Jacome, se vendo às voltas com os graves problemas financeiros que impossibilitavam investimentos estatais em Rio Branco. No relatório de seu governo justificou as poucas ações que fez, alegando que 'não temos instrução pública, policia, terrenos para as cidades, vias de comunicação e transporte, nenhum recurso para o desenvolvimento do comercio, da indústria e da civilização'¹⁶.

Então, os marcos fundadores da capital do Acre enquanto urbe amazônica não foram os mesmos que se aplicaram a Manaus, Belém ou Porto Velho. Essas três capitais da região tiveram seus cenários urbanos dominados por grandes obras do ciclo da borracha tais como palácios, ricas casas de seringalistas e até estradas de ferro, como é o caso da Madeira Mamoré. Para o jornalista Garibaldi Brasil, em Rio Branco no início do século XX,

até se podia contar as casas importantes que existiam. Por exemplo, no local onde é hoje a Assembléia Legislativa situava-se o Hotel e pensão do seu Meira – único da cidade – mais abaixo da praça onde hoje é o banco Real, estava a casa do seu Araripe, do outro lado da praça (...) era a famosa Casa Araripe; logo mais (...) o velho Correios; um pouco mais a frente, um velho barracão formado por três casas

onde localizava-se o Banco do Brasil; mais a frente, a saudosa igreja de São Sebastiao com seu amplo pátio, onde, aos domingos, após o catecismo, jogávamos futebol e, finalmente, na esquina, o velho!, barraco de madeira que se estendia pela Marechal Deodoro, onde funcionava o Fórum¹⁷.

A riqueza de Rio Branco nas suas origens está justamente na sua especificidade, na singularidade das suas simples casas de madeira, que nos falam desse tempo em que ela fazia parte das margens da era de ouro da borracha. A presença dessas construções aparece frisada no texto de Garibaldi Brasil com um acento irônico de 'o velho!, barraco de madeira', para descrever a sede do judiciário.

Não podemos esquecer, porém, que essa era da borracha foi se acabando a partir de sua aguda crise na década de 1910. Esse período trouxe um vendaval que arrasou a economia da Amazônia brasileira e, no Acre, tais tormentas foram ainda mais fortes. Rio Branco teve seu crescimento abortado, a cidade reduziu de tamanho entre 1920 e 1940. Pobre cidade, sua população encolheu junto com o ciclo da borracha:

¹⁶ JACOME, op. cit., p. 148.

¹⁷ BRASIL, Garibaldi. *Crônicas*. Rio Branco: Fundação Garibaldi Brasil, 2010, p. 70.

Décadas	População
1920	19.930
1940	16.038

Fonte: Série estatística da população de Rio Branco, Acre.

Essa decadência corroeu aquelas antigas casas. Com os contextos do Acre após o ciclo da borracha, elas foram sendo tratadas cada vez mais como referências de um tempo perdido, uma época que deveria ser esquecida. Os lu-

gares que antes eram dominados por essas construções foram literalmente riscados do mapa da cidade. O local da rua Abunã que demonstramos anteriormente, ficou assim nos anos de 1990:



Bairro 6 de Agosto. Fonte: Panorâmica entre as pontes da capital, 1998. Acervo digital, Divisão de Pesquisa, Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre.

A rua derreteu nas barrancas do rio Acre, as casas sumiram. Sobrou no lugar um campo para peladas de futebol. Poucos foram os proprietários que preservaram aquelas casas do início do século XX. Das que restaram, algumas delas tiveram que resistir ao tempo e à deteriorização. Contam-se nos dedos as que sobraram: uma nas cabeceiras da ponte metálica, outra no Calçadão da Gameleira, mais uma na avenida Brasil, o clube Tentamen e o Casarão. Infelizmente como são residências particulares, não podemos trazer

fotografias dessas casas, para podemos visualizar como se apresentam hoje essas remanescentes de um período importante da trajetória da cidade.

As duas únicas dessas que se transformaram em espaços públicos foram a casa conhecida como Casarão e o clube Tentamen. Dessas duas construções, escolhemos aqui fazer uma descrição de como aconteceu o desenvolvimento do Casarão, para assim podermos compreender melhor os passos de seus usos pelos moradores da cidade.

O Casarão foi construído por volta de 1920. No final dessa década o então oficial da Polícia Militar do Acre, Fontenelle de Castro comprou a residência, que ficava bem ao lado do quartel dessa instituição¹⁸. No final da década de 1930, o Casarão foi flagrado quando ainda nem era conhecido por esse nome, apenas como ‘A casa do coronel Fontenelle’, vejamos:



Praça Rodrigues Alves. 1938. Fonte: Acervo digital, Divisão de Pesquisa, Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre.

Atrás do prédio do comando da polícia estadual, estava então a casa do coronel. Suas linhas dialogam com as antigas casas da cidade, trazendo ainda alguns elementos decorativos. Ladeada por árvores, ela era isolada de outras casas do mesmo tipo em sua rua. Por volta de 1980, o sociólogo Pedro Vicente e mais alguns sócios alugaram a an-

tiga casa da família Fontenelle, que naqueles anos estava disponível. Ali abriu um bar, chamado então de Casarão, que foi repassado para o casal Graça e Valter Halk dois anos depois. Procurando um meio de sustentar a família, o casal reformulou o ambiente e deu-lhe mais algumas atrações com serviços de restaurante aí inclusos¹⁹.

Acontece que nesses anos o ponto de encontro da ‘vanguarda’ juvenil da

cidade, formada por artistas, ativistas políticos e intelectuais, encontrava-se no barzinho Girau, nos arrebaldes do Estádio José de Melo. Mas, em um dia qualquer, um dos jovens mais representativos desse grupo heterogêneo, o cineasta Silvio Margarido, passou por constrangimentos com os donos do botequim.

¹⁸ Histórico do bem Casarão, 2010, pp. 2-3.

¹⁹ Id, *ibid*.

Em represália ao acontecido com Margarido, seus amigos decidiram não frequentar mais o Girau, passando a se encontrar no Casarão, que já despontava como um lugar de referência para apresentações musicais, lançamentos de peças teatrais e livros dos mais variados temas. Em uma época em que havia poucos equipamentos culturais na cidade, como teatros e cinemas, o Casarão logo foi assumido por seus frequentadores como um espaço importante de sociabilidade²⁰. Nesses anos, o aspecto geral da antiga construção foi bastante modificado para atender as necessidades do seu novo papel social:

mudaram o ramo de espaço, os proprietários do bem o tomaram de volta e o Casarão fechou suas portas. Mas aquele bem ficou na memória da cidade e o pedido para que fosse tombado, assinado por mais de duas mil pessoas, é revelador disso:

Tantas histórias, incontáveis, memoráveis, inesquecíveis, foram tomadas naqueles copos, bebidas naquelas músicas, sorvidas com intensidade por aquelas almas que buscavam (buscam) a felicidade nesse canto do Deserto Ocidental. É preciso salvar o CASARÃO, como é preciso salvar nossas vidas²¹.



Vista frontal do Casarão. Outubro de 1988. Fonte: Acervo digital, Divisão de Pesquisa, Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre.

Mas esses tempos em que o bem foi identificado como espaço dessa vanguarda multi-culturalista também tiveram um fim, porque seus proprietários

O texto faz um jogo de palavras com o título da obra mais famosa de Craveiro Costa, *A conquista do deserto*

²⁰ Id, *ibid*.

²¹ Abaixo-assinado para tombamento do Casarão, 2000, p. 1.

ocidental (1998). Na obra do historiador, o Acre se mostra como um deserto a ser conquistado, o pedido de tombamento do Casarão, porém, induz o leitor à compreensão de que, quando foi fechado o bar no início dos anos 2000, a cidade de Rio Branco virou um deserto, sem lugar para seus festejos culturais. Quase que destruído, o Casarão passou mais de dez anos abandonado.

O Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural acatou o pedido, mas o tombamento do Casarão foi demorado. Permeado por querelas envolvendo o relator do processo, o

No geral, as obras de restauro também descaracterizaram o Casarão. As pinturas dos quartos interiores foram recortadas de seus lugares originais e houve uma adaptação na tentativa de manter os aspectos da antiga casa do coronel Fontenelle e do Casarão. Captado poucos dias antes de sua reabertura, o Casarão fica miúdo perto das obras de seu entorno:

A fotografia acima, de autoria de Altino Machado, é um registro de como o Casarão, mesmo estando preservado, tem seu entorno descaracterizado. O terreno da obra ao seu lado era vazio e



Fonte: MACHADO, 2010.

conselheiro Gerson Albuquerque e a direção do Patrimônio Histórico e Cultural do estado, a questão central dos debates foi as transformações de seu entorno, consumido por grandes obras empresariais²².

desocupado. A Caixa Econômica Federal ergueu ali sua sede administrativa, usando os trabalhos de uma arquiteta conhecida por ter participado, no final da década de 1970, de uma outra obra na capital, grande e modernizadora,

²² Parecer do Conselheiro Gerson R. Albuquerque,

2010, p. 1 e seg.

que além de descaracterizar as antigas construções da cidade, destruiu a escola Presidente Dutra, sede do curso das normalistas e parte da memória histórica de Rio Branco²³.

Como dissemos no início do texto, os construtores dessas obras de madeira foram responsáveis por dar um aspecto identitário para que essa urbe se formasse no início do século XX. O caso do Casarão foi atípico. A despeito dos problemas por que passou, ele se tornou um bem público assim como a Tentamen. O problema é que as últimas remanescentes daquelas casas não passaram por esse processo.

Elas traduzem as características de ações em que seu conjunto remete a técnicas adaptadas de construções urbanas para essa região da Amazônia, tão isolada naqueles anos e distante das riquezas da era de ouro da borracha. Elas nos falam de um tempo que foi sendo esquecido pela própria cidade.

Destruídas, abandonadas ou derubadas para cederem espaço para outras construções, poucas se salvaram e apresentam-se dispersas pela região central da capital acreana. Não formam mais aqueles grupos residenciais que ocupavam ruas inteiras. Isoladas, hoje podem ser alvo ainda maior daquilo que Walter Benjamin chamou de momento de perigo²⁴. Se não estivermos

atentos a isso, esse momento de perigo levará para os escombros da história essas últimas remanescentes dessa primeira Rio Branco.

Referências bibliográficas

BALKAR, Luiz. Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007*. Associação Nacional de História – ANPUH. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/LuEDs-20Balkar20Pinheiro.pdf>. Acessado em: 12 de novembro de 2012.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 6. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

BRASIL, Garibaldi. *Crônicas*. Rio Branco: Fundação Garibaldi Brasil, 2010.

BRASIL. Tribunal de justiça, Rio Branco, Acre. *Processo n.0311, de 1917*. Autor: Guilherme T. Bastos: réus: família Arak.

DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO HISTÓRICO E CULTURAL DO ACRE. *Processo de tombamento n.005/2000*. Abaixo-assinado para tombamento do Casarão, 2000. Apreciada pelo Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural em 2010. Rio branco, Acre.

_____. *Processo de tombamento n.005/2000*. Histórico do bem, 2010.

²³ MACHADO, Altino. *A Cuca comeu o Casarão*. 08/12/2010. Disponível em: <http://altino.blogspot.com.br/2010/12/cuca-comeu-o-casarao.html>. Acesso em: 12 de novembro de 2011.

²⁴ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 6. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993, p. 199.

_____. *Processo de tombamento n.005/2000*. Parecer do Conselheiro Jerson R. Albuquerque, 2010.

DIVISÃO DE PESQUISA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO ACRE. Acervo digital de fotografias (1930 a 1988)

GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do território do Acre*. Brasília: Senado Federal, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil 500 anos: série: estatística da população de Rio Branco, Acre*. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 de novembro de 2011.

JACOME, Epaminondas. Relatório de governo da Prefeitura Departamental do vale do rio Acre. In: *Os anos de conflito*. Volume II. Rio Branco: Tribunal de Justiça e Fundação Elias Mansour, 2002.

JORNAL CIDADE DA EMPRESA. Rio Branco, 2 de outubro de 1910.

JORNAL FOLHA DO ACRE. Rio Branco, 23 de outubro de 1910.

MACHADO, Altino. *A Cuca comeu o Casarão*. 08/12/2010. Disponível em: <http://altino.blogspot.com.br/2010/12/cuca-comeu-o-casarao.html>. Acesso em: 12 de novembro de 2011.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007*. Associação Nacional de História – ANPUH. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Maria20Luiza20Ugarte20Pinheiro.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2012.

SALIBA, Elias Thomé. *Belle époque tropical*. In: *Revista História Viva*, São Paulo, Ano 2, n. 03, 2004.

TOCANTINS, Leandro. *Estado do Acre: geografia, história e sociedade*. Rio Branco: Fundação Cultural/Ministério da Cultura, 1998.